



BOLETIM OFICIAL

MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PARANÁ

ANO LXXVIII

Cornélio Procópio, 2ª feira, 19 de Dezembro de 2016

Nº 2330 E

LEI Nº 387/16

DATA 19/12/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a instituição de equipe de transição pelo candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal e dá outras providências.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, a

LEI:

Art. 1º. Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito do Município de Cornélio Procópio é facultado o direito de instituir equipe de transição, observando o disposto nesta Lei.

Parágrafo único: São princípios que devem reger o processo de transição democrática de governo, dentre outros:

- I- prevalência do interesse público;
- II- garantia da continuidade das ações, dos projetos e programas em andamento;
- III- garantia de uma passagem de governo sem prejuízo dos serviços essenciais prestados à população;
- IV- publicidade e transparência da administração pública, notadamente em relação a todas as informações necessárias para o início do governo;
- V- transição apartidária, sem interferência de qualquer espécie de disputas políticas;
- VI- ampla divulgação para a sociedade de todas as ações da equipe de transição.

Art. 2º- A equipe de transição de que trata o artigo 1º tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a Administração Pública Municipal e preparar os atos de iniciativa do novo Prefeito Municipal, a serem editados

imediatamente após a posse, assim, como propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo.

§1º- Os membros da equipe de transição poderão ser indicados pelo candidato eleito e a equipe de transição poderá ser supervisionada por um coordenador, a quem competirá requisitar as informações dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal.

§2º- A equipe de transição poderá ser composta, no máximo, por um número de pessoas igual ao número de Secretarias e Autarquias Municipais.

§3º- A indicação a que se refere este artigo poderá ser feita por meio de ofício ao Prefeito Municipal e efetivado através de decreto municipal.

§4º- Caso a indicação de membro da equipe de transição recaia em servidor público municipal, sua requisição poderá ser feita junto ao órgão competente da Administração Pública.

§5º- O Prefeito Municipal poderá, por ato próprio, dar efeito ao cumprimento desta lei, comunicando ao conjunto dos órgãos da Administração Pública, direta e indireta, a ciência dos membros da equipe de transição.

Art. 3º-. O processo de transição governamental poderá ter início tão logo seja promulgado o resultado oficial das eleições municipais, encerrando-se na data de posse do novo governo.

Art. 4º- A equipe de transição poderá ter acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos da Administração Pública, bem como a estrutura administrativa e relação de ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.

Parágrafo único: Sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias, o Prefeito Municipal poderá prestar informações circunstanciadas sobre:

- I- o funcionamento dos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do município;

II- dívidas da administração direta, indireta e fundacional do município de Cornélio Procópio, com datas dos respectivos vencimentos, inclusive em longo prazo, e encargos decorrentes de operações de créditos, esclarecendo sobre a capacidade de a administração municipal realizar aportes financeiros de qualquer natureza;

III- medidas e procedimentos a serem adotados para a regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas do Estado Paraná;

IV- prestação de contas de convênios celebrados com a União Federal e o Estado do Paraná bem como subvenções ou auxílios recebidos e as transferências a serem recebidas da União Federal e do Estado do Paraná por força de mandamento constitucional ou de convênios;

V- a situação dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, especificando as metas físicas e financeiras atingidas com a programação de seus cumprimentos;

VI- relação de cargos e vagas de provimento efetivo e em comissão, com as respectivas remunerações, e a listagem de nomes, cargos, vencimentos e gratificações dos servidores públicos da administração Pública direta, indireta e fundacional do município de Cornélio Procópio;

VII- a situação real do estado de funcionamento das máquinas e veículos da Administração Pública;

VIII- os programas e projetos do Município de Cornélio Procópio, realizados, em execução, que aguardam implementação e os que tenham sido interrompidos;

IX- assuntos que demandaram ação ou decisão da Administração no primeiro semestre do novo Governo;

X- Plano Plurianual (PPA) vigente, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte, Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício seguinte, inclusive eventual projeto em tramitação no Poder Legislativo Municipal;

XI- licitações vigentes, particularmente as que findam durante o processo de transição ou durante o primeiro semestre do novo governo.

Art. 5º- Os secretários Municipais, os diretores, os chefes de seção e de setor e os demais titulares dos órgãos e entidades da Administração Pública Direta Municipal, direta e indireta, podem oferecer as informações solicitadas pelo coordenador da equipe de transição, bem como a lhe prestar o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos.

§1º O Prefeito Municipal poderá indicar um representante de cada Secretaria ou Autarquias, a quem deverão ser encaminhados os pedidos de acesso às informações.

§2º A indicação de que trata este artigo poderá ser feita por meio de decreto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da indicação da equipe de transição por parte do candidato eleito de Prefeito Municipal.

Art. 6º- O Prefeito Municipal em exercício poderá disponibilizar aos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-prefeito do Município e à sua equipe de transição, local, infraestrutura e apoio administrativo necessário ao desempenho de suas atividades.

Art. 7º- A equipe de transição poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 8º- O disposto nesta lei não se aplica no caso de reeleição de Prefeito Municipal.

Art. 9º- As despesas decorrentes para a execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementares se necessárias.

Art. 10º- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, e poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo Municipal, revogando todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcini
Prefeito

LEI Nº 388/16

DATA 19/12/2016

SÚMULA: Altera o art. 9º e as disposições das Metas e Estratégias do Anexo (único) da Lei Municipal nº

GESTÃO 2013/2016

Av. Minas Gerais, 301 - Caixa Postal 200
Fone GERAL (43) 3520-8000 - (43) 3520-8032 (DECOM)
CEP 86300-000 - Cornélio Procópio - Paraná
Dir. Responsável:
RDORIGO MARCONCINI

216/2015 e dá outras providências.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Pro-
cópio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são
conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e pro-
mulga a seguinte, a

LEI:

Art. 1º. O artigo 9º da Lei Municipal nº 216/2015 passa a vigorar
com a seguinte redação:

“Art. 9º- O Município deverá propor leis específicas para o seu
sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática da edu-
cação pública nos respectivos âmbitos de atuação, no prazo de
01 (um) ano, contado da publicação desta lei, adequando, quan-
do for o caso, a legislação local já dotada com essa finalidade.”

Art. 2º- O Anexo (único) da Lei Municipal nº 216/2015 passa a
vigorar nos seguintes termos e com a seguinte estrutura formal:

ANEXO

METAS E ESTRATÉGIAS-

Meta 1: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na pré-esco-
la para as crianças de 4 a 5 anos de idade e buscar gradativa-
mente a ampliação da oferta de Educação Infantil em Creches
de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das
crianças de 06 (seis) meses até 3 anos até o final da vigência
deste PME.

Estratégias:

1.1) definir, em regime de colaboração entre a União e o Estado,
metas de expansão da rede pública municipal de Educação In-
fantil seguindo o padrão nacional de qualidade, considerando as
peculiaridades locais;

1.2) garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a
10% a diferença entre as taxas de frequência à Educação Infantil
das crianças de até 3 anos oriundas do quinto de renda familiar
per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per
capita mais baixo;

1.3) realizar, periodicamente a cada dois anos, em regime de co-
laboração Inter setorial com a área da saúde, promoção social,
dentre outras interessadas, levantamento da demanda por cre-
che para a população de até 3 anos, como forma de planejar a
oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta, que será
homologado pelo Conselho Municipal de Educação e resultados

publicados no Boletim Oficial;

1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PME, normas,
procedimentos e prazos para definição de mecanismos de con-
sulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas
às normas de acessibilidade, programa nacional de construção
e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equi-
pamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de
escolas públicas de Educação Infantil;

1.6) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certi-
ficadas como entidades beneficentes de assistência social na
área de Educação, com a expansão da oferta na rede escolar
pública, com percentual estabelecido pelo Conselho Municipal
de Educação podendo ser em espécie ou recursos humanos;

1.7) manter e ampliar a articulação entre a pós-graduação, nú-
cleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da
Educação Infantil, de modo a garantir a elaboração de currículos
e propostas pedagógicas capazes de incorporar os avanços de
pesquisas ligadas aos processos de ensino e de aprendizagem
e teorias educacionais no atendimento da população a partir de
seis meses a 5 (cinco) anos;

1.8) implementar, em caráter complementar, programas de
orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas
da Educação, Saúde e Assistência Social, com foco no desen-
volvimento integral das crianças de até 3 anos de idade, durante
a vigência do PME;

1.9) preservar as especificidades da Educação Infantil na organi-
zação das redes escolares, baseados no eixo norteador, intera-
ção e brincadeiras, garantindo o atendimento da criança a partir
de seis meses a 5 anos em estabelecimentos que atendam a
parâmetros nacionais de qualidade, e a articulação com a etapa
escolar seguinte, visando ao ingresso do aluno de 6 anos de
idade no Ensino Fundamental;

1.10) fortalecer o acompanhamento e criar instrumentos para
monitorar o acesso e a permanência das crianças na Educação
Infantil, em especial dos beneficiários de programas de trans-
ferência de renda, em colaboração com as famílias e com os
órgãos públicos de assistência social, saúde, e proteção à in-
fância;

1.11) promover a busca ativa de crianças em idade correspon-
dente à Educação Infantil, em parceria com órgãos públicos de
assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o

direito de opção da família em relação às crianças a partir de seis meses até 3 anos;

1.12) realizar e publicar a cada ano, com a colaboração da União e do Estado, levantamento da demanda manifesta por educação infantil em creches e pré-escolas, como forma de planejar e verificar o atendimento;

1.13) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral para todas as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais, e neste PME, para a Educação Infantil;

1.14) contemplar a formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação infantil nos planos de carreira.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove anos) - anos iniciais, para toda a população de 6 (seis) a 10 (dez) anos e garantir que pelo menos 90% (noventa por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal da Educação, em articulação e colaboração com o Ministério da Educação, até o final do 2º (segundo) ano de vigência deste PME, precedida de consulta pública municipal, proposta de direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os alunos do ensino fundamental;

2.2) pactuar entre a União, o Estado e o Município, no âmbito da instância permanente de que trata o § 5º do art. 7º da Lei nº 13.005 de junho de 2014, a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino fundamental;

2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do ensino fundamental – anos iniciais - assegurando a aprendizagem dos mesmos;

2.4) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos alunos, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) promover mecanismos de pesquisa para a busca ativa de

crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6) adequar, no âmbito dos sistemas de ensino, a organização flexível do trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.7) promover a relação das escolas municipais com as instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos alunos dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural, desde que fiquem sob a responsabilidade do Conselho Escolar e da Associação de Pais e Mestres- APM;

2.8) incentivar e orientar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.9) desenvolver formas alternativas de oferta do ensino fundamental - anos iniciais, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerantes;

2.10) oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.11) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas municipais, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional e de desenvolvimento esportivo nacional;

2.12) intervir nos processos de desenvolvimento de atividades pedagógicas e curriculares, sobretudo as que dizem respeito à organização do trabalho dos profissionais da educação da rede municipal.

Meta 3: universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) garantir aquisição de laboratório, a produção de material didático específico, a formação continuada de professores e articulação com instituições acadêmicas, esportivas e culturais;

3.2) garantir a fruição de bens e espaços culturais, de forma regular, bem como a ampliação da prática desportiva, integrada ao currículo escolar;

3.3) manter e ampliar a programação e ação de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio de acompanhamento individualizado com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aula de reforço noturno complementar, estudo de recuperação parcial de forma a reposicionar o(a) estudante no ciclo escolar compatível com sua idade.

Meta 4: Oferecer Atendimento Educacional Especializado à população desde o nascimento e universalizar, para a população à partir de quatro anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente, na rede regular de ensino, garantindo o Atendimento Educacional Especializado em classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível sua integração nas classes comuns.

Estratégias:

4.1) contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007;

4.2) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda pelas famílias de crianças desde o nascimento, especificamente nas escolas e centros especializados, com deficiência, transtorno de neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, observado o que dispõe a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.3) promover no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda pelas famílias de crianças a partir dos seis meses até 3 (três) anos, com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/super-

dotação, observado o que dispõe a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.4) implantar Salas de Recursos Multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar, nas escolas públicas municipais;

4.5) garantir a oferta do Atendimento Educacional Especializado em Salas de Recursos Multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, da forma complementar e suplementar a todos os alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados na rede pública municipal de educação, até o final da vigência deste PME, conforme necessidade identificada por meio de Avaliação Psicoeducacional no Contexto Escolar, ouvidos a família e o aluno;

4.6) garantir a criação de centros multiprofissionais de apoio, pesquisa e assessoria, integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia; e articulados com instituições acadêmicas, para apoiar o trabalho dos professores da educação inclusiva com os alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.7) manter e ampliar programas complementares e suplementares que promovam a acessibilidade nas escolas públicas para garantir o acesso, a permanência e o sucesso educacional dos alunos com deficiência, por meio da adequação arquitetônica (conforme Normas da ABNT), da oferta de transporte acessível, da disponibilização de material didático próprio, de recursos de tecnologia assistiva e da aprendizagem dos programas específicos para a deficiência visual e auditiva nos diferentes atendimentos educacionais especializados;

4.8) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua aos alunos surdos e com deficiência auditiva a partir de zero anos nos centros e escolas especializados de atendimento desde o nascimento, preferencialmente, nas instituições educacionais regulares da rede pública municipal, de acordo com os termos do art. 22 do decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema BRAILLE de leitura

para cegos e surdos-cegos;

4.9) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência, e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado;

4.10) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolares, dos alunos com deficiência transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, beneficiários de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude, com a criação de programas e contratação de profissionais das diversas áreas afins para o atendimento especializado.

4.11) promover a articulação intersetorial entre os órgãos e políticas públicas de saúde, assistência social e direitos humanos, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência, transtorno do neurodesenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.12) ampliar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação, garantindo a oferta de professores do Atendimento Educacional Especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, professores bilíngues;

4.13) criar, no segundo ano de vigência deste PME, indicadores de qualidade e política de avaliação e supervisão para o funcionamento de instituições públicas e privadas que prestam atendimento a alunos com deficiência transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/superdotação;

4.14) promover, por iniciativa do Ministério da Educação, nos órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes, a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtorno do neurodesenvolvimento e altas ha-

bilidades ou superdotação desde o nascimento;

4.15) solicitar a inclusão nos cursos de licenciatura e nos demais cursos de formação para profissionais da educação, inclusive em nível de pós-graduação, observado o disposto no caput do art. 207 da Constituição Federal, dos referenciais teóricos, das teorias de aprendizagem e dos processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/ superdotação;

4.16) promover parcerias com instituições comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento integral das pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, matriculadas na rede pública municipal de ensino;

4.17) promover parcerias com instituições de ensino superior, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades/ superdotação, matriculados na rede pública municipal de ensino;

4.18) promover parcerias com instituições de ensino superior, comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, a fim de favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

4.19) organizar mecanismos e indicadores para a avaliação e supervisão das escolas públicas municipais, escolas especiais públicas e ou conveniadas, onde são oferecidos os Atendimentos Educacionais Especializados;

Meta 5: Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1) estruturar os processos pedagógicos de alfabetização, nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na pré-escola, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças;

5.2) instituir instrumentos de avaliação municipal periódicos e específicos e também participar da avaliação nacional para aferir a alfabetização das crianças, aplicadas a cada ano, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todas as crianças até o final do terceiro ano do ensino fundamental;

5.3) selecionar, divulgar e acompanhar tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas, devendo ser disponibilizadas, preferencialmente, como recursos educacionais abertos;

5.4) contribuir para o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos alunos, consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.5) apoiar a alfabetização de crianças de populações itinerantes, realizando adaptações curriculares, se necessário;

5.6) promover e estimular a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;

5.7) apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;

5.8) alinhar a legislação municipal a legislação federal, quanto ao ingresso da criança no Ensino Fundamental, seguindo a Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Conselho Nacional de Educação – Câmara de Educação Básica.

Meta 6: Oferecer educação em tempo integral em, 70% (setenta por cento) da rede municipal, de forma a atender, pelo menos 70% (setenta por cento) dos alunos do ensino fundamental - anos iniciais.

Estratégias:

6.1) promover, com o apoio da União, a oferta de educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais da rede pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de

forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo;

6.2) instituir, em regime de colaboração com a esfera federal e estadual, programa de construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) institucionalizar e manter, em regime de colaboração com a esfera federal e estadual, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas municipais, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral;

6.4) incentivar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários, e dar condições de deslocamento para os alunos da escola até os ambientes citados;

6.5) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, na faixa etária de quatro anos até o término do quinto ano do Ensino Fundamental, assegurando Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.6) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.7) readequar, a cada dois anos, a estrutura pedagógica, da escola integral;

6.8) readequar a estrutura física das escolas públicas municipais para desenvolvimento das atividades escolares integrais, pelo menos duas (escolas) a cada ano;

6.9) promover condições de trabalho nas escolas integrais, garantindo a valorização dos profissionais da educação;

6.10) definir organização da política de Educação Integral em contraposição a escola de período integral.

Meta 7: Fomentar a qualidade do ensino fundamental anos iniciais nas suas modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:

IDEB	2105	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,6	5,9	6,1	6,4
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

Estratégias

7.1) estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos para cada ano do ensino fundamental – anos iniciais - respeitada a diversidade local e a pactuação interfederativas;

7.2) Assegurar que: a) no quinto ano de vigência deste PME, pelo menos oitenta por cento (80%) dos alunos do ensino fundamental - anos iniciais - tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos da aprendizagem de seu ano de estudo e destes, cinquenta por cento (50%), pelo menos, o nível desejável; b) no último ano de vigência deste PME, noventa e cinco por cento (95%) dos estudantes do ensino fundamental - anos iniciais - tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos da aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e oitenta por cento, pelo menos, o nível desejável;

7.3) constituir, em colaboração entre a União, o Estado e o Município, um conjunto nacional de indicadores de avaliação institucional com base no perfil dos estudantes e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino;

7.4) incentivar processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5) formalizar e executar o Plano de Ações Articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias com programas de apoio técnico e financeiro voltados à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e profissionais de serviços e apoio escolares (psicólogos, fonoaudiólogos, neurologista, assistente social), à ampliação e desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre os entes, priorizando aqueles com Ideb abaixo da média nacional;

7.7) desenvolver indicadores específicos de avaliação da qualidade da educação especial, bem como da qualidade da educação bilíngue para surdos;

7.8) incentivar as políticas da rede municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem e reduzindo, pela metade, até o último ano de vigência do plano, as diferenças entre a média dos índices dos Estado e do Município;

7.9) fixar, acompanhar e divulgar bianualmente os resultados pedagógicos dos indicadores do sistema nacional de avaliação da educação básica e do Ideb, relativos às escolas, à rede pública de educação básica e aos sistemas de ensino da União, do Estado e do Município, assegurando a contextualização desses resultados, com relação a indicadores sociais relevantes, como os de nível socioeconômico das famílias dos alunos, e a transparência e o acesso público às informações técnicas de concepção e operação do sistema de avaliação;

7.10) incentivar o desenvolvimento, a seleção, a divulgação e o acompanhamento das tecnologias educacionais para a educação infantil, o ensino fundamental – anos iniciais, e incentivar práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferência para softwares livres e recursos educacionais abertos, bem como o acompanhamento dos resultados nos sistemas de ensino em que forem aplicadas;

7.11) garantir transporte gratuito para todos os estudantes da zona rural na faixa etária da educação escolar obrigatória (edu-

cação infantil, ensino fundamental e médio), das escolas de educação especial e classe especial, com deficiências específicas, e modalidade EJA, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, e financiamento compartilhado, com participação da União proporcional às necessidades dos entes federados, visando reduzir a evasão escolar e o tempo médio em deslocamento a partir de cada situação local;

7.12) promover a universalização, até o quinto ano de vigência deste PME, do acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computadores/aluno nas escolas da rede pública municipal, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação;

7.13) apoiar tecnicamente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros da União à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.14) apoiar programas e aprofundar ações de atendimento ao aluno, na educação infantil e ensino fundamental – anos iniciais, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

7.15) assegurar, a todas as escolas públicas da rede municipal de ensino, água tratada e saneamento básico, energia elétrica, acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade, acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso a bibliotecas, acesso a espaços para prática de esportes, acesso a bens culturais e à arte, e equipamentos e laboratórios de ciências;

7.16) participar, em regime de colaboração com a União, do programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais;

7.17) realizar manutenção dos equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da rede municipal de ensino, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive internet;

7.18) estabelecer, em regime de colaboração com os entes federados subnacionais, estabelecerá, no prazo de 2 (dois) anos contados da publicação desta Lei, parâmetros mínimos de qualidade dos serviços da educação básica, a serem utilizados como referência para infraestrutura das escolas, recursos pedagógicos, entre outros insumos relevantes, bem como instrumentos para a adoção de medidas para a melhoria da qualidade do ensino;

7.19) informatizar integralmente a gestão das escolas públicas e da Secretaria Municipal de Educação, bem como manter parceria com o programa nacional de formação inicial e continuada para o pessoal técnico das escolas e secretaria;

7.20) garantir políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.21) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e da Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e com a sociedade civil;

7.22) consolidar a educação escolar, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, e garantindo: o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão das instituições, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo, a oferta bilíngue da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, a reestruturação e a aquisição de equipamentos, a oferta de programa para a formação inicial e continuada de profissionais da educação, e o atendimento em educação especial;

7.23) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social

sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.24) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.25) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede escolar pública municipal por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.26) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e emocional dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.27) fortalecer, com a colaboração técnica e financeira da União, em articulação com o sistema nacional de avaliação, os sistemas estaduais de avaliação da educação básica, com participação, por adesão, das redes municipais de ensino, para orientar as políticas públicas e as práticas pedagógicas, com o fornecimento das informações às escolas e à sociedade;

7.28) promover, com especial ênfase, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional do Livro e da Leitura, a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professor, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 15 (quinze) anos, de modo a alcançar, o mínimo, de 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, para as populações de menor escolaridade no município e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE.

Estratégias:

8.1) realizar e aprimorar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade/série, associada a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.2) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e monitoramento de acesso à escola

específica para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de ausência e baixa frequência e colaborar com o Estado para a garantia de frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses estudantes na rede pública regular de ensino;

8.3) promover com apoio da Prefeitura Municipal e órgãos competentes a busca ativa de jovens e adultos fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde, proteção à juventude e entidades religiosas e filantrópicas.

Meta 9: Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% (noventa e três vírgula cinco por cento) até 2024, buscar a erradicação do analfabetismo absoluto, e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica (ensino fundamental – anos iniciais) na idade própria;

9.2) realizar diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental – anos iniciais - incompletos, para identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos, por meio de minicenso de três em três anos;

9.3) implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, em parceria com Saúde, agentes comunitários, COPEL, SANEPAR, etc.;

9.4) participar do programa nacional de transferência de renda para jovens e adultos que frequentarem cursos de alfabetização;

9.5) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre entes federados e em parceria com organizações da sociedade civil;

9.6) executar ações de atendimento ao estudante da educação de jovens e adultos por meio de programas suplementares de transporte, alimentação e saúde, inclusive atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.7) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, nas etapas de ensino fundamental – anos iniciais - às pessoas privadas de liberdade em todos os estabelecimentos penais, assegu-

rando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

9.8) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos, que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses alunos;

9.9) estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos de empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.10) implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e alunos com deficiência, articulando sistemas de ensino, a rede federal de educação profissional e tecnológica, universidades, cooperativas e associações, por meio de ações de extensão desenvolvidas em centros vocacionais tecnológicos, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;

9.11) considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, à implementação de programas de valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

Meta 10: Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, na forma integrada à educação profissional. Estratégias:

10.1) manter programa nacional de educação de jovens e adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

10.2) expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador;

10.3) fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional e especial, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades da população educacional da EJA, inclusive na modalidade de educação

a distância;

10.4) ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;

10.5) implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos, voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

10.6) estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos;

10.7) fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional;

10.8) fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio das entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

10.9) institucionalizar programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico, que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos integrada à educação profissional;

10.10) orientar a expansão da oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e implementação de diretrizes nacionais em regime de colaboração;

10.11) implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na integralização curricular dos cursos de formação inicial e continuada e cursos técnicos de nível médio;

Meta 11 – Ampliar a parceria com as escolas de formação profissional de ensino médio, na modalidade normal.

Estratégias

11.1) assegurar a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio - Magistério - preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando a formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.2) incentivar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, com estágio obrigatório, preservando-se seu caráter integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.3) solicitar junto ao ente federado responsável pela educação profissional técnica em nível médio, expansão de oferta para as pessoas com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Meta 12 – Formar parcerias com as instituições de ensino superior na área das licenciaturas. Estratégias:

12.1) incentivar a expansão do estágio na educação superior, na área das licenciaturas, preservando-se seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando a formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

12.2) ampliar a participação da rede municipal nos projetos e programas das instituições de ensino superior;

12.3) apoiar a capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma a ampliar e interiorizar o acesso a graduação;

12.4) fomentar a oferta de educação superior pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores e professoras para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, bem como para atender ao déficit de profissionais em áreas específicas;

12.5) incentivar a ampliação da oferta de estágio como parte da formação na educação superior;

12.6) fomentar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante

a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

12.7) incentivar as condições de acessibilidade nas instituições de educação superior, na forma da legislação;

12.8) fomentar estudos e pesquisas que analisem a necessidade de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais do País; incentivar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social;

12.9) estimular a institucionalização de programa de composição de acervo digital de referências bibliográficas e audiovisuais para os cursos de graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência.

Meta 13: incentivar a elevação da qualidade da educação superior para ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores. Estratégias:

13.1) Apoiar a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência;

13.2) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional e municipal, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Meta 14: elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores. Estratégias:

14.1) implantar e dar expansão continuada ao financiamento de pós-graduação stricto sensu, dentre outras, por meio das agências oficiais de fomento;

14.2) estimular a oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu, utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação a distância;

14.3) implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo a programas de mestrado e doutorado;

14.4) firmar parcerias/convênios com Universidades de modo a oferecer programas de pós-graduação stricto sensu para profissionais da educação, docentes e não docentes da rede municipal de ensino.

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, o Estado, o e o Município, no prazo de um ano de vigência deste PME, política municipal de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurado que, no quinto ano de vigência deste plano, noventa e cinco por cento (95%) e, no décimo ano, todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

15.1) valorizar o itinerário de formação profissional docente, tendo como ponto de partida os cursos de nível médio na modalidade normal, admitidos para o ingresso na carreira do magistério para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, nos termos do art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

15.2) implementar programas específicos para formação de profissionais da educação, em colaboração com os entes federados;

15.3) valorizar as práticas de ensino e os estágios nos cursos de formação de nível médio e superior dos profissionais da educação, visando ao trabalho sistemático de articulação entre a formação acadêmica e as demandas da educação básica;

15.4) implementar no prazo de 1 (um) ano de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados.

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação 90% (noventa por cento), dos professores da educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, EJA Fase I e Educação Especial até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades,

demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

16.1) realizar, em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação continuada e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de educação superior, de forma orgânica e articulada às políticas de formação do Estado e do Município;

16.2) criar portal eletrônico para subsidiar a atuação dos professores da rede municipal de ensino, disponibilizando gratuitamente materiais didáticos e pedagógicos suplementares;

16.3) oportunizar licença remunerada para pós-graduação stricto sensu na área de atuação da rede municipal de educação aos professores e demais profissionais da rede municipal de ensino.

Meta 17: Valorizar os profissionais do magistério da rede municipal de ensino, a fim de equiparar, ao final do sexto ano, e a igualar, no último ano de vigência deste PME, o rendimento médio destes profissionais ao rendimento médio dos demais profissionais com escolaridade equivalente.

Estratégias:

17.1) constituir, até o final do primeiro ano da vigência do PME, fórum permanente com representação dos trabalhadores em educação para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2) acompanhar a evolução salarial por meio de indicadores obtidos a partir da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios – PNAD, periodicamente divulgados pelo IBGE;

17.3) efetivar a implementação de políticas de valorização dos profissionais do magistério, em particular o piso salarial nacional profissional; 17.4) promover estudos para compatibilizar a valorização salarial dos profissionais do magistério público municipal e as necessidades de expansão da oferta escolar com os requisitos estabelecidos pela Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000;

17.5) implementar, no âmbito do Município, plano de carreira para os profissionais do magistério da rede pública de educação básica, observados os critérios estabelecidos na Lei 11.738/2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar.

Meta 18: Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da educação básica municipi-

pal de ensino, e para o Plano de Carreira tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do art. 206, VIII, da Constituição Federal.

Estratégias:

18.1) estruturar a rede pública municipal de educação básica de modo que, até o início do terceiro ano de vigência deste PME, 90% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 70% (setenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício na rede municipal de ensino a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, na rede pública municipal, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão da efetivação após o estágio probatório e oferecer, durante este período, curso de aprofundamento de estudos na área de atuação do professor, com destaque para os conteúdos a serem ensinados e as metodologias de ensino de cada disciplina;

18.3) realizar, por iniciativa do Ministério da Educação, a cada 2 (dois) anos a partir do segundo ano de vigência deste PME, prova nacional para subsidiar o Estado e o Município, mediante adesão, na realização de concursos públicos de admissão de profissionais do magistério da educação básica pública;

18.4) prever, no plano de carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas para qualificação profissional, em nível de pós-graduação stricto sensu;

18.5) realizar anualmente, a partir do segundo ano de vigência deste PME, por iniciativa do Ministério da Educação, em regime de colaboração, o censo dos profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

18.6) implantar, no prazo de três anos de vigência desta Lei, política municipal de formação continuada para os profissionais da educação de outros segmentos que não os do magistério, construída em regime de colaboração entre os entes federados;

18.7) aprovar lei específica estabelecendo Planos de Carreira para os(as) profissionais da educação;

18.8) implantar, no prazo de 2(dois) anos, a partir da aprovação desse PME, comissões permanentes de profissionais da educação, do município, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de car-

reira.

Meta 19: Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para efetivação da gestão democrática da educação, com eleição para direção das instituições escolares com participação da comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. Estratégias:

19.1) efetivar a eleição com a participação da comunidade escolar para nomeação dos diretores de instituições escolares, respeitando-se a legislação vigente, para o recebimento do repasse de transferências voluntárias da União na área da educação;

19.2) garantir apoio e formação aos conselheiros dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, conselhos de alimentação escolar, conselhos escolares, e aos representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) constituir Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução do PME;

19.4) consolidar, em toda a rede de ensino municipal, a constituição e o fortalecimento das Associações de Pais e Mestres, assegurando-se, inclusive, espaço adequado e condições de funcionamento na instituição escolar fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) garantir o fortalecimento de conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) intensificar a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) maiores de 16 anos, pais ou responsáveis, na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares; assegurando a participação dos pais (por meio dos conselhos ou APMs) na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino;

19.8) desenvolver programa de formação de diretores e gestores

escolares, bem como aplicar prova nacional específica, por adesão, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados.

Meta 20: Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto – PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio.

Estratégias:

20.1) garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para a rede municipal de ensino pública observando a política de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do § 1º do art. 75 da Lei 9.394, de 20/12/1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;

20.2) aperfeiçoar e ampliar os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;

20.3) destinar manutenção e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos, com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único, do art. 48 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Educação do município e o Tribunal de Contas do Estado;

20.5) desenvolver, por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, estudos e acompanhamento regular dos investimentos e custos por aluno da educação básica pública, em todas as suas etapas e modalidades;

20.6) no prazo de 2 (dois) anos da vigência deste PME, será

implantado o Custo Aluno-Qualidade inicial – CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implantação plena do Custo Aluno Qualidade – CAQ;

20.7) instituir o Custo Aluno Qualidade – CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

20.8) o CAQ será definido no prazo de 3 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação – MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE, pelo Conselho Nacional de Educação – CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados e de Educação e Cultura e Esportes do Senado Federal;

20.9) regulamentar o parágrafo único do art. 23 e o art. 211 da Constituição Federal, no prazo de 2 (dois) anos, por lei complementar, de forma a estabelecer as normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em matéria educacional, e a articulação do sistema nacional de educação em regime de colaboração, com equilíbrio na repartição das responsabilidades e dos recursos e efetivo cumprimento das funções redistributiva e supletiva da União no combate às desigualdades educacionais regionais;

20.10) caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

20.11) aprovar, no prazo de 1 (um) ano, Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, em cada sistema e rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais;

20.12) definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a

equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino, a serem pactuados na instância prevista no § 5º do art. 7º desta Lei;

20.13) aplicar 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida e proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino, acrescidas da progressão anual de 1% (um por cento) da base de cálculo, atingindo ao final do decênio 35% (trinta e cinco por cento), desde que haja a aplicação efetiva da União sobre o investimento do Produto Interno Bruto- PIB do País.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcin
Prefeito

LEI Nº 392/16

DATA 19/12/2016

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, a

LEI:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
Unidade: 44 Modernização de Estádio
Função: 15 Urbanismo
Programa: 04 Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano
Subfunção: 452 Serviços Urbanos
Atividade: 0.944 MODERNIZAÇÃO DE ESTÁDIO MUNICIPAL
3.3.90.93.00.00.00 Indenizações e Restituições
885 15.000,00

Soma..... 15.000,00

Art. 2º - Os recursos financeiros utilizados para a cobertura dos Créditos Adicionais Suplementar referidos no art. 1º nas fontes de recursos 504 e 512 tem origem de anulação parcial de dotação orçamentária do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana
Unidade: 44 Modernização de Estádio
Função: 15 Urbanismo
Programa: 04 Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano
Subfunção: 452 Serviços Urbanos
Atividade: 0.944 MODERNIZAÇÃO DE ESTÁDIO MUNICIPAL
4.4.90.51.00.00.00.00 Obras e Instalações 8 8 5
15.000,00
Soma..... 15.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcin
Prefeito

LEI Nº 393/16

DATA 19/12/2016

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, a

LEI:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde
Unidade: 54 Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde
Função: 10 Saúde
Programa: 07 Promoção da Saúde

Subfunção: 304 Vigilância Sannitária

Atividade: 0.654

Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde

3.3.90.94.00.00.00.00 Indenizações Trabalhistas 4 9 7

13.000,00

Soma..... 13.000,00

Art. 2º – Os recursos financeiros utilizados para a cobertura do Crédito Adicional referido no artigo anterior tem origem de anulação parcial de dotação orçamentária do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 54 Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde

Função: 10 Saúde

Programa: 07 Promoção da Saúde

Subfunção: 304 Vigilância Sannitária

Atividade: 0.654

Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 Equipamentos e Material Permanente 497 13.000,00

Soma..... 13.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcini
Prefeito

LEI Nº 394/16

DATA 19/12/2016

SÚMULA: Inclui no perímetro urbano a área de terras que especifica e dá outras providências.

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei,

FAZ SABER

a todos que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte, a

LEI:

Art. 1º. Inclui no perímetro urbano, a contar da publicação desta Lei, a parte do imóvel registrado no CRI do 1º Ofício desta Co-

marca sob a Matrícula nº 8.073, alusivo à área de 145.200,00 m², de propriedade de FAZENDA SÃO PAULO, com as seguintes divisas e confrontações:

“Começa no marco inicial 0=PP cravado na divisa com a cooperativa integrada, deste segue confrontando com o mesmo com os seguintes rumos e distâncias 01º21’ NE-21,00 m até o marco 01, 15º54’ NE-07,00 m até o marco 02,32º15’ NE-110,30 m até o marco 03, 16º48’ NE-18,00 m até o marco 04,05º00’ NE-09,00 m até o marco 05, 16º34’ NW-20,80 m até o marco 06, 33º32’ NW-111,00 m até o marco 07, 40º35’ NW-15,00 m até o marco08, 42º08’ NW-20,25 m até o marco 09, 66º00’ NW-35,00 m ate o marco 10, 76º04’,NW-20,00 m até o marco 11, 69º16’ NW-40,15 m até o marco 12, 39º00’ NW-56,60 m até o marco 13, deste segue confrontando com a Fazenda São Paulo com os seguintes rumos e distâncias, 78º48’ NE-383,60 m até o marco 14, 39º03’ SE-434,00 m até o marco 15, deste segue confrontando com a Fazenda Santa Isabel com os seguintes rumos e distâncias 78º15’ SW-497,60 m até o marco 16, 88º17’ NW-15,00 m até o marco inicial 0=PP, perfazendo assim uma área de 145.200,00 metros quadrados ou 06,00 alqueires.”.

Art. 2º - Fica incluída no perímetro urbano a área de terras descrita no artigo anterior desta lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcini
Prefeito

DECRETO Nº 1332/16

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a cancelar Restos a Pagar.

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

Art. 1º.Fica cancelado no exercício financeiro de 2016, Restos a Pagar no valor R\$1.501.259,66 (Hum milhão, quinhentos e um mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos), conforme relação dos empenhos e valores abaixo:

EMPENHO	F O N - TE	DATA	CREADOR	VALOR
1635/15	103	31/12/2015	PATROCÍNIO & PATROCÍNIO	238,40
2028/15	103	16/04/2015	WH SILVA CORN PROCÓPIO	6.995,00
2691/15	104	21/05/2015	CLAUDIOMIRO O. DE SOUZA	12.000,00

997/15	104	19/02/2015	EDMILSON A. DE BRITO INFORM	1.847,45
4287/15	107	24/08/2015	BARROS CASA MAT. CONST.	282,21
5682/15	107	16/11/2015	BARROS CASA MAT. CONST.	613,50
5831/15	107	30/11/2015	CURY IND COM, TINTAS LTDA	755,90
5568/15	107	03/11/2015	GOMES LIMA E TEIXEIRA LTDA	905,80
3783/15	107	30/07/2015	L B MASSUCATO - ME	53,00
4044/15	107	10/08/2015	MARLETE APARECIDA SALES	74,25
4731/15	107	21/09/2015	PWX COMERCIAL LTDA	1.010,00
4935/15	107	30/09/2015	PWX COMERCIAL LTDA	138,40
6022/15	115	02/12/2015	HERROS PAVIM LTDA	414.963,52
2790/15	146	28/05/2015	ENG9 CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI	64.292,34
4599/15	170	03/09/2015	MARLETE APARECIDA SALES	29,90
5013/15	303	01/10/2015	CEREZAMAR HOSPEDAGEM LTDA	47,42
369/15	303	31/12/2015	COPROPEL COMERCIAL LTDA	1.042,00
999/15	303	19/02/2015	EDMILSON A DE BRITO INFORM	1.622,54
346/15	303	23/01/2015	FARMÁCIA STA CATARINA CP	469,46
5135/15	303	14/10/2015	FERREIRA & FLORO LTDA	17,58
5136/15	303	14/10/2015	FERREIRA & FLORO LTDA	2,41
5134/15	303	14/10/2015	FERREIRA & FLORO LTDA	12,41
6083/15	303	08/12/2015	FOX MILENIUM COM COMBUST.	1.509,78
4925/15	303	30/09/2016	MARLETE APARECIDA SALES	248,00
5330/15	303	23/10/2015	MEDIC TEC AMBIENTAL LTDA	0,24
3731/15	303	27/07/2015	OSWALDO DE SOUZA	50,00
6020/15	303	01/12/2015	PARANANET TELECOM LTDA	31,27
5733/15	303	24/11/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	24,48
6097/15	303	08/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	42,12
6092/15	303	08/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	5.059,28
3771/15	303	29/07/2015	VISAONET TELECOM LTDA	1.733,88
5209/15	351	16/10/2015	CAMILA FERREIRA DOS ANGELOS	6.750,00
5211/15	351	16/10/2015	GLASIELE CRISTINA SALES	7.500,00
5707/15	351	17/11/2015	CUILHERME SILVA MASHINI	5.250,00
5706/15	351	17/11/2015	JULIO CESAR DA COSTA E SILVA	8.250,00
5705/15	351	17/11/2015	KLEBER ROGÉRIO MENDES SILVA	8.250,00
5224/15	351	16/10/2015	PAULO AUGUSTO C. SANTOS	8.250,00
5219/15	351	16/10/2015	PRISCILLA DE ABREU	8.250,00
5563/15	495	03/11/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	467,00
2571/15	495	14/05/2015	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	870,00
6509/15	496	30/12/2015	EMERSON DE PAULA PETRINI-ME	292,00
4928/15	501	30/09/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	520,00
5654/15	510	12/11/2015	I. SCANAVACCA & CIA LTDA	13.263,49
1400/15	510	09/03/2015	INKBLUE SUPRIM. INF. LTDA	204,95
2131/15	510	24/04/2015	LETTECH IND. COM.DE EQUIP. INF	1.082,10
3494/15	510	09/07/2015	MARLENE TROMBINI SOUZA & CIA	245,80
5732/15	510	24/11/2015	MARLENE TROMBINI SOUZA & CIA	1.650,00
1554/15	510	20/03/2015	PATROCINIO & PATROCINIO	387,40
6095/15	510	08/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	96,07
0756/15	511	05/02/2015	BACHEGA & LIMA LTDA	132,02
1909/15	511	07/04/2015	EMAM ASFALTOS	111,60
2169/15	511	27/04/2015	LETTECH IND. COM.DE EQUIP. INF	900,00
2509/15	515	11/05/2015	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	360,00
6671/14	729	28/10/2014	DEBORA CASSIA LEITE P. ARAUJO	1.700,00
4775/15	1000	22/09/2015	ALONSO & SANTANA COM. FRIOS	1.530,74
4543/15	1000	31/08/2015	ALONSO & SANTANA COM. FRIOS	1.267,61
3498/15	1000	09/07/2015	ALONSO & SANTANA COM. FRIOS	164,28
4282/15	1000	24/08/2015	ALONSO & SANTANA COM. FRIOS	95,67
3123/15	1000	12/06/2015	APARECIDO FERREIRA PRESTES	1.500,00
5338/15	1000	26/10/2015	ATACADO MARINGÁ IND. COM. ALIM.	0,10
4157/15	1000	14/08/2015	ATACADO MARINGÁ IND. COM. ALIM.	4,94
1335/15	1000	31/12/2015	AUTOPLACAS IND. E COM. DE PLACAS	440,00
2086/15	1000	22/04/2015	BACHEGA & LIMA LTDA	1.302,00
5030/15	1000	31/12/2015	C.P. 2º OF. NOTAS - VITOR PACHECO	24,00
2229/15	1000	29/04/2015	CASA DE MISERICÓRDIA C. PROCÓPIO	39.609,77
2966/15	1000	01/06/2015	CENTRO DE REAB. FÍSICA DINÂMICA	69,00
6417/13	1000	17/12/2013	CENTRO DE INTEG. EMP. ESCOLA - CIEE	584,40
1108/15	1000	24/02/2015	CLARO S/A	4.755,64
1636/15	1000	25/03/2015	DEFENTI E RIBEIRO CENTRO EDUCAC.	87.742,02

1841/15	1000	30/03/2015	DEFENTI E RIBEIRO CENTRO EDUCAC.	17.375,20
0998/15	1000	19/02/2015	EDMILSON ALVES DE BRITO INF.	1.237,35
1477/15	1000	13/03/2015	EMPRESA BRAS. CORREIOS TELEG.	2.988,24
3497/15	1000	09/07/2015	GARD COMERCIAL LTDA - ME	4.577,80
4544/15	1000	31/08/2015	GARD COMERCIAL LTDA - ME	4.052,44
4774/15	1000	22/09/2015	GARD COMERCIAL LTDA - ME	6.873,52
6023/15	1000	02/12/2015	HERROS PAVIM LTDA	475.230,01
2746/15	1000	26/05/2015	IMPRESA NACIONAL	965,21
3493/15	1000	21/07/2015	MARLENE TROMBINI SOUZA & CIA	318,05
2640/15	1000	18/05/2015	MARLENE TROMBINI SOUZA & CIA	781,00
4772/15	1000	22/09/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	3.924,00
5572/15	1000	03/11/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	2.877,60
2163/15	1000	27/04/2015	IVALDO DIAS LOPES & CIA LTDA	646,00
1028/15	1000	19/02/2015	IVALDO DIAS LOPES & CIA LTDA	210,00
0403/15	1000	23/01/2015	IVALDO DIAS LOPES & CIA LTDA	84,00
2120/15	1000	24/04/2015	OF. REGISTRO CIVIL TERC. TAB. NOTA	8.707,59
0984/15	1000	19/02/2015	OI S.A	115.985,13
5332/15	1000	31/12/2015	PARANA TRIBUNAL DE JUSTIÇA	1.206,33
6015/15	1000	01/12/2015	PARANANET TELECOM LTDA	685,06
6018/15	1000	01/12/2015	PARANANET TELECOM LTDA	92,37
1555/15	1000	20/03/2015	PATROCINIO & PATROCINIO	119,20
1711/15	1000	30/03/2015	PATROCINIO & PATROCINIO	1.395,84
2661/15	1000	20/05/2015	PREAMBULO INFORMATICA LTDA	1.400,00
6093/15	1000	08/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	84,14
4461/15	1000	28/08/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	10.000,00
5734/15	1000	24/11/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	38,80
6221/15	1000	17/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	35,39
4462/15	1000	28/08/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	24,48
6091/15	1000	08/12/2016	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	120,80
4563/15	1000	31/08/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	12,24
0688/15	1000	30/01/2015	RENATO NAVARRO MARTINS	16.000,00
2489/15	1000	08/05/2015	ROCHASEG SEGURANÇA E MONIT.	152,70
2488/15	1000	08/05/2015	ROCHASEG SEGURANÇA E MONIT.	61,08
2487/15	1000	08/05/2015	ROCHASEG SEGURANÇA E MONIT.	61,02
6527/15	1000	30/12/2015	SERCOMTEL PARTICIPAÇÕES S.A	117,92
2381/15	1000	30/04/2015	SERCOMTEL PARTICIPAÇÕES S.A	2.562,07
4557/15	1000	31/08/2015	TRADE COMUNIC. E MARKETING	37.785,66
1292/15	1000	26/02/2015	TRADE COMUNIC. E MARKETING	896,65
1003/15	1000	19/02/2015	TRADE COMUNIC. E MARKETING	6.642,00
3014/15	1000	03/06/2015	UNIÃO EQUIP. RODOVIÁRIOS LTDA	11.003,49
3124/15	1000	12/06/2016	VILMA PASSOS PRESTES	1.500,00
5174/15	3316	14/10/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	295,87
5170/15	3316	14/10/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	257,66
5684/15	3495	16/11/2016	DIST. MEDICAMENTOS SÃO MARCOS	3.042,50
5691/15	3495	16/11/2015	DUOMED PROD. HOSPITALARES	767,42
5692/15	3495	16/11/2015	ECO FARMAS COM. MEDICAMENTOS	505,68
4277/15	3495	24/08/2015	IMPRESSOART EDITORA GRAFICA LTDA	72,50
4152/15	3495	14/08/2015	MARLENE TROMBINI SOUZA & CIA	5.680,00
6359/15	3495	23/12/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	2.530,80
5681/15	3495	16/11/2015	WHITE MARTINS GASES IND. LTDA	626,00
6363/15	3496	23/12/2015	DUOMED PROD. HOSPITALARES	1.655,90
4274/15	3496	24/08/2015	MARLENE TROMBINI SOUZA & CIA	2.232,13
4283/15	3497	24/08/2015	HOSPFAR IND. E COM. PROD. HOSP.	3.935,00
5038/15	3497	06/10/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	2.700,00
4711/15	3510	23/09/2015	ANATEL - AGENCIA NACIONAL TELEEC.	114,25
6130/15	3510	09/12/2015	BARROS CASA MAT. CONST.	68,00
5924/15	3510	30/11/2015	BARROS CASA MAT. CONST.	303,88
6129/15	3510	09/12/2015	BARROS CASA MAT. CONST.	27,20
5736/15	3510	24/11/2015	CVB CONSTANXKI E CIA LTDA	239,00
4017/15	3510	05/08/2015	DEPART. IMPRESA OFIC. DO ESTADO	448,00
6223/15	3510	17/12/2015	EDITORA GRAFICA PARANA PRESS S.A	39,44
4003/15	3510	03/08/2015	EMAM ASFALTOS	1.422,80
3704/15	3510	24/07/2015	L B MASSUCATO - ME	53,00
5920/15	3510	30/11/2015	MARLETE APARECIDA DE SALES	155,00
5593/15	3510	04/11/2015	MENON INFORMÁTICA LTDA	38,38
4936/15	3510	30/09/2015	PWX COMERCIAL LTDA	336,00

6090/15	3510	08/12/2016	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	66,05
6094/15	3510	08/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	26,39
6096/15	3515	08/12/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	4.561,85
5735/15	3515	24/11/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	90,96
4565/15	3515	31/08/2015	RCM - COMERCIO DE COMB. LTDA	21,28
7502/14	3729	02/12/2014	IVALDO DIAS LOPES & CIA LTDA	130,90
6367/15	3842	23/12/2015	D'MILLE IND. E COM. PROD. ALIMENT.	0,30
				1.501.259,66

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcini
 Prefeito
 Claudinei Dias Athayde
 Secretário Municipal de Administração

233/15, de 24/08/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias 2016, na ação 0.404 – Secretaria Municipal de Educação, o valor de R\$ 427.141,73 (quatrocentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e setenta e três centavos) na fonte 104, com o id uso 3 no exercício corrente, oriundo de superávit financeiro do exercício de 2015.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcini
 Prefeito
 Sueli Cecília Teodoro Vítório
 Diretora do Depto de Contabilidade

DECRETO Nº 1333/16

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 427.141,73 (quatrocentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e setenta e três centavos) no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e conforme a Lei Municipal 384/16, de 16/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 427.141,73 (quatrocentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e setenta e três centavos) nas seguintes dotações:

ÓRGÃO	UNIDADE	FUNÇÃO	SUBFUNÇÃO	PROG.	PROJ/ATIV.	CURS.	ELEMENTO	VALOR
4 SEMED	4 SEMED	12 Educ.	361 Ens. Fund.	6 Pr. Ens.	0.404	3104	3.1.90.11	222.141,73
4 SEMED	4 SEMED	12 Educ.	361 Ens. Fund.	6 Pr. Ens.	0.404	3104	3.1.90.13	115.000,00
4 SEMED	4 SEMED	12 Educ.	361 Ens. Fund.	6 Pr. Ens.	0.404	104	3.3.90.46	90.000,00
								427.141,73

Art. 2º – Os recursos financeiros utilizados para a cobertura do Crédito Adicional referido no artigo anterior tem origem de superávit financeiro.

Art. 3º. Fica incluído ao Anexo 2 – Despesa do Município – da Lei Municipal 239/2015, de 05/10/2015, lei que altera a Lei nº 138/2013, de 23/12/2013 – Plano Plurianual 2014-2017, na ação 0.404 – Secretaria Municipal de Educação, o valor de R\$ 427.141,73 (quatrocentos e vinte e sete mil, cento e quarenta e um reais e setenta e três centavos) na fonte de recursos 104, com o id uso 3, oriundo de superávit financeiro do exercício de 2015.

Art. 4º - Fica incluído ao Anexo I – Programas e Metas, da Lei nº

DECRETO Nº 1334/16

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Suplementar, no valor de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e conforme a Lei Municipal 385/16, de 16/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Suplementar na importância de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) nas seguintes dotações:

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana

Unidade: 09 Royaltie

Função: 15 Urbanismo

Programa: 04 Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano

Subfunção: 452 Serviços Urbanos

Atividade: 0.909 ROYALTIE

3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo 5 0 4
50.000,00

Soma..... 50.000,00

Órgão: 09 Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana

Unidade: 10 Cide

Função: 15 Urbanismo

Programa: 04 Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano

Subfunção: 452 Serviços Urbanos

Atividade: 0.910 CIDE

3.3.90.30.00.00.00.00 Material de Consumo 5 1 2

50.000,00

Soma..... 50.000,00

Art. 2º - Os recursos financeiros utilizados para a cobertura dos Créditos Adicionais Suplementar referidos no art. 1º nas fontes de recursos 504 e 512 tem origem de anulação parcial de dotação orçamentária do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 09	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana		
Unidade: 48	Camada Asfáltica Cj. São Judas Tadeu		
Função: 15	Urbanismo		
Programa: 04	Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano		
Subfunção: 452	Serviços Urbanos		
Atividade: 0.948	Camada Asfáltica Cj. São Judas Tadeu		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	504	50.000,00
Soma.....	50.000,00		
Órgão: 09	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana		
Unidade: 10	Cide		
Função: 15	Urbanismo		
Programa: 04	Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano		
Subfunção: 452	Serviços Urbanos		
Atividade: 0.910	CIDE		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	512	50.000,00
Soma.....	50.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcin
Prefeito
Sueli Cecília Teodoro Vitório
Diretora do Depto de Contabilidade

DECRETO Nº 1335/16

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e conforme a Lei Municipal 386/16 de 16/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 525.000,00 (quinhentos e vinte e cinco mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 06	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade: 10	Pab Fixo		
Função: 10	Saúde		
Programa: 07	Promoção da Saúde		
Subfunção: 301	Atenção Básica		
Atividade: 0.610	Pab Fixo		

3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	495	180.000,00
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	495	300.000,00
Soma.....	480.000,00		
Órgão: 07	Secretaria Municipal de Promoção Social		
Unidade: 61	SCFV – Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculo		
Função: 08	Assistência Social		
Programa: 08	Promoção das Ações Sociais		
Subfunção: 244	Atenção Comunitária		
Atividade: 0.761	SCFV – Serv. De Convivência e Fortalecimento de Vínculo		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	558	45.000,00
Soma.....			45.000,00

Art. 2º – Os recursos financeiros utilizados para a cobertura do Crédito Adicional referido no artigo anterior tem origem de anulação parcial de dotação orçamentária do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 06	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade: 13	Pab Variável		
Função: 10	Saúde		
Programa: 07	Promoção da Saúde		
Subfunção: 301	Atenção Básica		
Atividade: 0.613	Pab Variável		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	495	300.000,00
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	495	80.000,00
3.3.90.46.00.00.00.00	Auxílio Alimentação	495	100.000,00
Soma.....	480.000,00		
Órgão: 07	Secretaria Municipal de Promoção Social		
Unidade: 87	Reforma Centro Comunitário Jd Henrique Vitorelli		
Função: 08	Assistência Social		
Programa: 08	Promoção das Ações Sociais		
Subfunção: 244	Atenção Comunitária		
Atividade: 0.787	Reforma Centro Comunitário Jd Henrique Vitorelli		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	558	45.000,00
Soma.....			45.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcin
Prefeito
Sueli Cecília Teodoro Vitório
Diretora do Depto de Contabilidade

DECRETO Nº 1336/16

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Suplementar conforme disposto no artigo 6º, Lei Municipal nº 256/2015 de 16 de dezembro de 2015 – Lei Orçamentária Anual 2016.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e tendo em vista a Lei Orçamentária Municipal nº 256/15 de 16 de dezembro de 2015,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro, Crédito Adicional Suplementar na quantia de até R\$ 3.732,00 (três mil sete-

centos e trinta e dois reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias em vigor:

Cód. Reduz.	Órgão	Unidade	Função	Subfunção	Programa	Proj/Ativ.	Cat. Econ.	Fonte	R\$
152	4	12	12	361	6	0.412	3.3.90.39	144	3.732,00
TOTAL									3.732,00

Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito aberto no artigo anterior será utilizado excesso de arrecadação na fonte de recurso.

Art. 3º. Esta Decreto entrará em vigor na data a sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcini
Prefeito
Sueli Cecília Teodoro Vítório
Diretora do Depto de Contabilidade

DECRETO Nº 1337/16

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Revogar integralmente o Decreto nº 1323/16, o qual exonerava WALDIR GONÇALVES DA ROCHA, do cargo de Chefe de Divisão de Controle e Manutenção da Frota – CC, vinculado à Secretaria Municipal da Administração, a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCINI
Prefeito

DECRETO Nº 1338/16

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Revogar integralmente o Decreto nº 1324/16, o qual nomeava CLAUDEMIR MOREIRA, para exercer o cargo de Chefe de Divisão de Controle e Manutenção da Frota – CC, vinculado à Secretaria Municipal da Administração, a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCINI
Prefeito

DECRETO Nº 1339/16

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º - Revogar integralmente o Decreto nº 1329/16, o qual exonerava CLAUDEMIR MOREIRA, do cargo de Chefe de Divisão de Controle e Manutenção da Frota – CC, vinculado à Secretaria Municipal da Administração, a partir de 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCINI
Prefeito

DECRETO Nº 1340/16

SÚMULA: Abre Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCINI, Prefeito do Município de Cornélio Procopio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e conforme a Lei Municipal 392/16, 19/12/2016

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Especial na importância de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 09	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana		
Unidade: 44	Modernização de Estádio		
Função: 15	Urbanismo		
Programa: 04	Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano		
Subfunção: 452	Serviços Urbanos		
Atividade: 0.944	MODERNIZAÇÃO DE ESTÁDIO MUNICIPAL		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	885	15.000,00
Soma.....	15.000,00		

Art. 2º - Os recursos financeiros utilizados para a cobertura dos Créditos Adicionais Suplementar referidos no art. 1º nas fontes de recursos 504 e 512 tem origem de anulação parcial de dotação orçamentária do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 09	Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana		
Unidade: 44	Modernização de Estádio		
Função: 15	Urbanismo		
Programa: 04	Serviços Públicos e Desenvolvimento Urbano		
Subfunção: 452	Serviços Urbanos		
Atividade: 0.944	MODERNIZAÇÃO DE ESTÁDIO MUNICIPAL		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	885	15.000,00
Soma.....	15.000,00		

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcin
Prefeito

DECRETO Nº 1341/16

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 13.000,00 (treze mil reais) no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e conforme a Lei Municipal 393/16, de 19/12/2016,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no Orçamento do exercício financeiro de 2016, Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 13.000,00 (treze mil reais) na seguinte dotação:

Órgão: 06	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade: 54	Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde		
Função: 10	Saúde		
Programa: 07	Promoção da Saúde		
Subfunção: 304	Vigilância Sanitária		
Atividade: 0.654			
Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde			
3.3.90.94.00.00.00.00	Indenizações Trabalhistas	497	13.000,00
Soma.....			13.000,00

Art. 2º – Os recursos financeiros utilizados para a cobertura do Crédito Adicional referido no artigo anterior tem origem de anulação parcial de dotação orçamentária do orçamento vigente conforme segue:

Órgão: 06	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade: 54	Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde		
Função: 10	Saúde		
Programa: 07	Promoção da Saúde		
Subfunção: 304	Vigilância Sanitária		
Atividade: 0.654	Piso Fixo em Vig. Em Saúde – Bloco Vig. Em Saúde		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	497	13.000,00
Soma.....			13.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua aprovação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

Rodrigo Marconcin
Prefeito

PORTARIA Nº 907/16

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná e PAULA MILENY DE SOUZA SILVA, Diretora do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e exercício regular de seus cargos,

RESOLVEM:

Art. 1º - Instaurar a presente, determinando, à Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 887/16, a proceder à abertura de Sindicância para apuração dos fatos constantes no Protocolo nº 0014413/2016 de 08 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito
Paula Mileny de Souza Silva
Diretora do Departamento de Administração

PORTARIA Nº 908/16

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná e PAULA MILENY DE SOUZA SILVA, Diretora do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e exercício regular de seus cargos,

RESOLVEM:

Art. 1º - Instaurar a presente, determinando, à Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 887/16, a proceder à abertura de Sindicância para apuração dos fatos constantes no Protocolo nº 0014334/2016 de 07 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito
Paula Mileny de Souza Silva
Diretora do Departamento de Administração

PORTARIA Nº 909/16

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná e PAULA MILENY DE SOUZA SILVA,

Diretora do Departamento de Administração da Prefeitura Municipal de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e exercício regular de seus cargos,

RESOLVEM:

Art. 1º - Instaurar a presente, determinando, à Comissão de Sindicância, designada pela Portaria nº 887/16, a proceder à abertura de Sindicância para apuração dos fatos constantes no Protocolo nº 0013197/2016 de 08 de novembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito
Paula Mileny de Souza Silva
Diretora do Departamento de Administração

PORTARIA Nº 910/16

SÚMULA: Transfere o servidor que abaixo nomina.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e exercício regular de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir, JAQUELINE DOS SANTOS RIBEIRO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviço junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SEMURB, a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito

PORTARIA Nº 911/16

SÚMULA: Transfere o servidor que abaixo nomina.

RODRIGO MARCONCIN, Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, usando das atribuições legais e exercício regular de seu cargo,

RESOLVE:

Art. 1º - Transferir, EDENILSON MARIA DE SOUZA, no cargo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Educação, para prestar serviço junto a Secretaria Municipal de Saúde a partir de 19 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 19 de dezembro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito

ERRATA DE PUBLICAÇÃO – MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

A Administração Municipal torna público que devido à ocorrência de erros materiais na publicação da Lei nº 383/16, publicada no Boletim Oficial do Município nº. 2329 de 16/12/16 procede-se a correção da seguinte forma:

Onde se lê:

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 351.171,73 (trezentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e um reais e setenta e três centavos) no exercício financeiro de 2016.

Leia-se:

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até 351.631,61 (trezentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito

ERRATA DE PUBLICAÇÃO – MUNICÍPIO DE CORNÉLIO PROCÓPIO - PR

A Administração Municipal torna público que devido à ocorrência de erros materiais na publicação do Decreto nº 1305/16, publicada no Boletim Oficial do Município nº. 2326 de 12/12/16 procede-se a correção da seguinte forma:

Onde se lê:

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até R\$ 351.171,73 (trezentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e um reais e setenta e três centavos) no exercício financeiro de 2016.

Leia-se:

SÚMULA: Autoriza abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de até 351.631,61 (trezentos e cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e um reais e sessenta e um centavos) no exercício financeiro de 2016.

RODRIGO MARCONCIN
Prefeito

ATOS DO LEGISLATIVO

CORNÉLIO PROCÓPIO, 19 DE DEZEMBRO DE 2016

ERRATA

Na Condição de Presidente Interino da Câmara Municipal, determino a Publicação da Correção do Termo de Posse elaborada no dia 15 de dezembro de 2016 que fora Publicado no Boletim Oficial nº. 2328/2016, conforme segue abaixo:

Onde se Lê: Ao decimo quinto dia do mês de setembro de dois mil e dezesseis...

Leia-se: Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis.

Em anexo: Cópia do Termo de Posse correto.

Atenciosamente

FERNANDO VANUCHI PEPPE
Presidente Interino

TERMO DE POSSE Nº. 098/2016.

Posse do Excelentíssimo Senhor Rodrigo Marconcin, no cargo de Prefeito do Município de Cornélio Procópio, Estado do Paraná, ocorrida no dia 15 de dezembro de 2016.

Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e dezesseis, reuniram-se no recinto da Câmara Municipal de Cornélio Procópio, sito à Rua Paraíba nº.163,

Centro, Cornélio Procópio, Estado do Paraná, em Sessão Solene Extraordinária, sob a Presidência do Vereador Fernando Vanuchi Peppes e Secretariado pelo vereador: Rafael Haddad Manfio, presentes ainda os vereadores: Angélica Olchaneski de Mello, Edimar Gomes Filho, Edson Ducci Ferreira, Élio José Janoni, Luiz Carlos Amâncio, Márcia de Souza Soares, Rodrigo Marconcin e Vanildo Felipe Sotero para, diante da renúncia ao mandato da Prefeita Aurora Fumie Doi, conforme

Ofício 01/2016-AFD, protocolado em 08/12/2016, nos termos do art. 32, IV da Lei Orgânica do Município e diante da recusa da ex-presidente - vereadora Angélica Olchaneski Carvalho de Mello – em assumir o cargo de prefeita interina e diante da nova escolha de presidente da Câmara Municipal de Cornélio Procópio dar posse ao vereador Rodrigo Marconcin como Prefeito Interino do Município de Cornélio Procópio. Dando início aos trabalhos o senhor presidente convidou o senhor Rodrigo Marconcin para tomar assento junto à mesa diretiva para, em seguida, prestar juramento regimental, assim se procedeu, declarando-se empossado no cargo de prefeito interino do Município de Cornélio

Procópio o Senhor Rodrigo Marconcin o qual, logo após, fez seu primeiro pronunciamento como prefeito interino. Em seguida o senhor presidente convidou à mesa diretiva e ao prefeito interino empossado para assinarem o Termo de Posse e Compromisso. Em cumprimento aos dispositivos Legais o empossado apresentou sua declaração de bens e rendimentos. Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a presente Sessão.

FERNANDO VANUCHI PEPPE RAFAEL HADDAD MANFIO

Presidente Interino

1º Secretário

LUIZ CARLOS AMÂNCIO

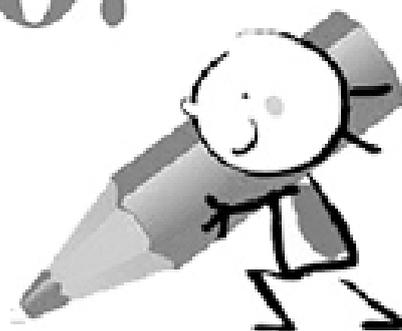
RODRIGO MARCONCIN

2º. Secretário

PREFEITO INTERINO

EDUCAÇÃO!

**Parceria entre Pais
e Escola**



**na formação
de cidadãos!**



**EDUCAÇÃO EM TEMPO
INTEGRAL É REALIDADE
EM CORNÉLIO PROCÓPIO**





Juntos Podemos vencer este MOSQUITO!



Prefeitura de Cornélio Procópio
Secretaria de Saúde
Departamento de Epidemiologia

